



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 8, v. 1 nov.2017-abr. 2018

p. 154-173.

# TRANSterritorializações – o espaço (im)preciso da travestilidade

Kueyla Andrade Bitencourt<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar o processo de construção das ocupações territoriais constituídos a partir dos espaços urbanos considerados como relacionais, dinâmicos e em constante atribuição de sentido, uma perspectiva incorporal que pode estar a serviço tanto da uniformização quanto da ressingularização dos processos subjetivos. Pretende-se apresentar perspectivas dissidentes do processo de travestilização - a partir da noção de pós-biografia, que questiona a noção de gênero e de identidade abordados de modo linear e naturalizado e, por outro lado, considera subjetividades múltiplas, fluidas, imprecisas - inspirado na trajetória de Gisberta, travesti que mora e trabalha no interior da Bahia, e aponta para a discussão decolonial que pretende avançar na geopolítica da elaboração do conhecimento e dispor das ocupações territoriais no interior. O trabalho está estruturado a partir da compreensão das Linhas de Vida propostas por Suely Rolnik, em *Cartografia sentimental*, e como elas concebem produções de subjetividade e contextos de sociabilidade que propiciam desterritorializações e reterritorializações constantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** territórios; travestilidade; processos de subjetivação.

**Abstract:** This article intends to present the construction process of territorial occupations established from urban spaces considered relational, dynamic and in constant attributional sense, an incorporated perspective that may be in service of standardization as much as ressingularization of subjective processes. It intends to present dissident perspectives of the transvestite-ness process - from the post-biography notion that questions the gender and identity notion, approached on a linear and naturalized way and, on the other hand, considers multiple subjectivities, fluid, imprecise - inspired on the trajectory of Gisberta, a crossdresser who lives and works in Bahia's heartland, she points at the post-colonial discussion that intends to advance on the geopolitics of the knowledge elaboration and dispose of the territorial occupations in the heartland. This paper is structured from the comprehension of Linhas de Vida proposed by Suely Rolnik, in *Cartografia sentimental*, and how they conceive subjectivity productions e sociability contexts that propiciates constant de-territorializations and re-territorializations.

**Keywords:** territories, transvestite-ness, subjectivity processes.

**Resumén:** El presente artículo presenta el proceso de construcción de las ocupaciones territoriales constituídos a partir de los espacios urbanos considerados como lugares para relacionarse, dinámicos y en constante atribución de sentido, en una perspectiva incorpórea que puede estar al servicio tanto de la uniformización como de la resingularización de procesos subjetivos. Se pretende presentar perspectivas disidentes del proceso de travestismo, a partir de la idea de pos biografía, que, por un lado, cuestiona el concepto de género y de identidad abordados de modo linear y natural e, por otro lado, considera subjetividades múltiples, fluidas, imprecisas. Este trabajo se inspira en la trayectoria de Gisberta, travesti que vive y trabaja en el interior de Bahía, y que apunta para la discusión decolonial que pretende avanzar en la geopolítica de la elaboración del conocimiento y disponer de las ocupaciones territoriales en el interior. El trabajo está estructurado a partir de la comprensión de las Linhas de Vida propuestas por Suely Rolnik, en *Cartografia sentimental*, y como ellas conciben producciones de subjetividad y contextos de sociabilidad que promueven desterritorializaciones y reterritorializaciones constantes.

**Palabras clave:** territorio, travestismo, procesos de subjetivación.

<sup>1</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2002) e mestrado em Educação (2009) pela mesma instituição. Professora assistente da Universidade Federal da Bahia - Instituto Multidisciplinar em Saúde - Campus Anísio Teixeira, ministrando disciplinas nas áreas de Psicologia Social e Comunitária e Supervisionando estágio específico na área de políticas públicas e processos psicossociais. Coordena o grupo de estudo *Produção de subjetividade, sexualidade e gênero* e o projeto de pesquisa *Psicologia e população LGBT - políticas públicas e educação e saúde para a garantia de direitos*.

Recebido em 11/09/17

Aceito em 29/10/17

## Introdução

Falar sobre Gisberta, falar sobre uma pessoa que ocupa inúmeros territórios, que desbrava inserções, que nasce inspirada em uma história verídica cheia de ficções. Assim, pretende-se, com esse trabalho, penetrar em parte da trajetória de Gisberta ao considerar a noção pós-biográfica que questiona o conceito de vida e de identidade geralmente abordados de modo sequencial, desintrincado, natural, autocentrado e em consonância, sobretudo, com a normatividade de gênero. Trata-se de transcender não apenas o gênero, mais especificamente o gênero biográfico como narrativa que ousa descrever a identidade e a trajetória dos indivíduos com pretensão de unidade.

Ao narrar, ou recontar Gisberta a partir de uma pós-biografia, não se exige clareza, realismo ou mesmo uma identidade como essência e sim a fluidez, a multiplicidade, a indefinição que a compõe. Em busca de uma narrativa inscrita em uma realidade descentralizada, trata-se de dar visibilidade às vivências das travestis interioranas que, em busca do capital, se prostituem e compõem suas trajetórias existenciais a partir de estigmas e impedimentos sociais para ocuparem espaços como a família, o trabalho, os relacionamentos afetivos e até mesmo os prostíbulos. Sobra-lhes, então, o território da rua, dividido com ladrões, putas, traficantes. Isso porque a travestilidade não corresponde à norma e, em tempos hodiernos, existe

dificuldade de aceitação de uma existência descontínua e ambígua em uma sociedade que opera através da lógica dualista e que exige dos sujeitos não apenas a fixação de suas identidades, como, sobretudo, a conformação a uma série de categorias preestabelecidas como normais ou naturais (PAZZETO; LAGE, 2016, p.447).

O pensamento decolonial compreende o mundo marcado pela colonialidade global em aspectos individuais e coletivos e trava uma constante luta contra as epistemologias coloniais, em termos teóricos e políticos (BALLESTRIN, 2013). A discussão decolonial alcança a cisgeneridade e questiona sua produção de hegemonia, impondo normalidades e normatizações, em busca do controle dos processos de subjetivação das sexualidades consideradas dissidentes.

A realização desse trabalho pretende avançar na geopolítica da elaboração do conhecimento, enfatizando o que vem sendo produzido no interior do Estado, questionando as noções de normalidade que utilizam marcações de gênero, sexualidade e raça para dispor das ocupações territoriais. A forma como a política municipal (des)trata as políticas direcionadas a população LGBT revela o cenário em que vigora a cisheteronorma nesta realidade interiorana.



Para compor essa narrativa, o trabalho contou com uma investigação realizada em julho de 2017 junto a Gisberta, uma travesti que mora e trabalha no interior da Bahia, em uma pequena cidade-grande, reconhecidamente conservadora, elitista e machista. A escolha da protagonista deu-se em função do trânsito fluído que ela realiza em diversos territórios e setores da cidade, compondo as cenas das pistas, dos guetos, dos bares noturnos, da universidade, dos teatros, cinema, política pública, dentre outros. Com destaque à uma subjetividade subversiva, descontínua, flexível que desconstrói a naturalização e a supremacia da cisheteronormatividade.

O resultado das entrevistas gerou a percepção de movimentos de territorializações, desterritorializações e reterritorializações desempenhados por ela em sua performance<sup>2</sup>, que compõem processos de subjetivação que agregam territórios representantes da diversidade, multiplicidade, contradição e abundância. Para compreender esses movimentos foram descritos seis territórios compostos por Gisberta: território-existencial, território-identidade, território-violência, território-política, território-corpo e território-amizade. A partir desses territórios produtores e produtos dos processos de subjetivação é que começa o itinerário desta viagem.

## 1 Território

Os espaços das cidades são construídos a partir da constante atribuição de sentido, uma perspectiva incorporal que pode estar a serviço tanto da uniformização quanto da ressingularização da subjetividade individual e coletiva. Desse modo, considerar a cidade como um território significa considerá-la como um conceito relacional, como um objeto dinâmico e repleto de inter-relações, influenciado de forma recíproca pela sociedade e pelo território, esse atravessado por uma dimensão simbólica e outra material, de natureza social, econômica e política. O território leva em conta modos de construção dos espaços, produção de sentidos para o lugar que se habita, por meio de práticas cotidianas.

Esse trabalho foi realizado a partir das dissidências observadas na cidade de Vitória da Conquista, que é a terceira maior cidade do Estado da Bahia e possui um dos PIBs que mais crescem no interior da região Nordeste. É a capital regional do sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais. Sua população estimada pelo IBGE, em 2017, era de 348.718 habitantes e se destaca na oferta de serviços de saúde e educação, sobretudo a oferta de educação no ensino superior. É também um

---

<sup>2</sup> Gisberta se assume performativa e não performer, diz que não gosta e não se imagina apresentando-se em casas noturnas e afirma que quando se trata do corpo está a todo momento se reinventando, experimentando.



território de contrastes sociais marcantes e que apresentam indicadores importantes de violência contra as pessoas que expressam sexualidades dissidentes, mas não há dados oficiais que evidenciem essa realidade.

Falar de aspectos divergentes das cidades pressupõe a existência de um território que, de acordo com Lima e Yasui (2014), é formado por produções coletivas, com materialidade social e histórica, bem como conformações espaciais singulares e uma organização político-administrativa e institucional específicas. O território vai além da questão espacial, dos limites geográficos e transforma os cenários históricos e sociais produzidos pelas pessoas, portanto, é possível observar

a memória dos acontecimentos inscrita nas paisagens, nos modos de viver, nas manifestações que modulam as percepções e a compreensão sobre o lugar; relações que surgem dos modos de apropriação e de alienação desse espaço e dos valores sociais, econômicos, políticos e culturais ali produzidos; modos múltiplos, contíguos, contraditórios de construção do espaço, da produção de sentidos para o lugar que se habita por meio das práticas cotidianas. (LIMA; YASUI, 2014, p. 597).

Para Félix Guattari (2012), quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído dos territórios nos tangencia nos aspectos históricos, afetivos, estilísticos, econômicos. As vias, as construções produzem subjetivações parciais que se juntam a outros agenciamentos de subjetivação. Os territórios se perfazem como agenciamentos de partes heterogêneas, de ordem biológica, social, imaginária, semiótica, afetiva, política, cultural. Assim, as performatividades de gênero e sexualidade e suas territorialidades fogem das representações essencialistas e das identidades supostamente representadas pelas travestis. Essas, em muitos casos, inscrevem nos territórios práticas de resistências, afirmam a potência da vida que pulsa e se reinventam num constante embate com a vigilância, o controle.

A partir de um investimento itinerante, o território se constitui e reconstitui de acordo com fluxos e códigos de sociabilidade que produzem sujeitos, articulam identidades, dando visibilidade às sexualidades. Jack Halberstam (2005 *apud* SILVA, 2015) traz o conceito de territorialidades *queer* que torna possível novos territórios existenciais, relacionando-se de forma alternativa com o tempo e o espaço. De modo semelhante, o antropólogo argentino Néstor Perlongher concebeu os territórios marginais que etnografava como “redes de sociabilidade alternativas à cultura oficial” (1986, p. 99), configurando-se como uma desterritorialização relativa, uma vez que “não criam sistemas de sociabilidade autônomos, mas desenvolvem valores subterrâneos presentes nela” (*idem*, p. 99), o que vai de encontro à política de representação pretensamente estável e aponta alternativas nos debates políticos e acadêmicos.



As travestis são sujeitos híbridos, múltiplos e diversos e ocupam os territórios recorrendo ao nomadismo, não como desvio, mas como ruptura e sutura (PERLONGHER, 2008). Elas atravessam concepções normativas de gênero, corpo e sexualidade e constroem uma experiência nomádica que, para Deleuze e Guattari (1995, p.13), não precisa recorrer a deslocamentos geográficos, trata-se de desafios de corpos subversivos que traçam estratégias de evasão de códigos coloniais.

O nomadismo possibilita conexões infinitas com universos de referência, possibilita a criatividade, deslocamentos sucessivos, com referências estabelecidas por repetições de movimentos intermitentes, composições multifacetadas. Assim, a metáfora performática das travestis gera “movimento de enfrentamento aos padrões estéticos, discursivos e desejanter impostos pelas biopolíticas regulatórias, que bate de frente com instituições antigas e conservadoras, como é o caso do Estado, da Igreja, da medicina, do direito, da família, entre outras” (PERES, 2012, p.543).

## 1.1 Compreendendo as Linhas de Vida

Com o intuito de compreender melhor a composição dos territórios das experiências da travestilidade utiliza-se três linhas abstratas de composição do desejo apontadas por Suely Rolnik (2007). Ela afirma que a formação do desejo ocorre através do emaranhado de três linhas imaginárias, sendo que a primeira tratar-se-ia de uma linha formada por fluxos, uma linha inconsciente que permite experimentações constantes. A terceira linha, ao contrário, é uma linha mais enrijecida e estável, capaz de criar territórios e formas de operacionalização. A segunda trata de uma junção das outras duas, na qual é possível transitar entre a invisível composição de afetos, até as mais completas concretizações funcionais. As relações e processos de subjetivação que são possibilitados na experiência das travestilidades podem ser pensados de acordo com essas linhas estabelecidas por Rolnik. Assim, pretende-se correlacioná-las com algumas noções de território, guiado através da investigação realizada com Gisberta.

Afeto: é a palavra que melhor define a primeira linha, que caracteriza-se por ser invisível e inconsciente. Permite o fluxo entre os corpos, portanto, é incontrolável, não há como detê-la, pois “é que enquanto se está vivo não se pára de fazer encontros com outros corpos (não só humanos) e com corpos que se tornam outros” (ROLNIK, 2007, p.49). Falar de processos de subjetivação significa falar de vínculos que as pessoas estabelecem no cotidiano, portanto, para compreender os territórios que compõem essa primeira linha serão abordados o território-corpo e o território-amizade.



A terceira linha traz a noção de consciência, finitude e que produz diretrizes de operacionalização para a consciência direcionar os afetos. Trata-se do espaço da racionalidade e sua finitude. Suely Rolnik (2007) afirma que essa linha conduz a um estado relativamente estável, com constelações funcionais. Os sujeitos – sua classe, seu sexo, sua profissão – assim como os objetos possuem um plano de organização, uma biografia, uma memória. São máscaras, rituais, configurações mais ou menos estáveis que atravessam os grupos. Esse é o espaço *per si* da territorialização que também acontece em territórios geográficos, com a implantação de perímetros que simbolicamente determinam quem transita pelos espaços e que nem sempre é visível a olho nu. Assim são os territórios compostos pelas travestis que serão vistos aqui como território-violência e território-política.

A segunda linha, a linha de dupla-face, contempla elementos de fluxos, tanto quanto de territorializações. Para Suely Rolnik, essa linha vai da invisível e inconsciente produção de afetos para a visível e consciente composição de territórios e o inverso. Essa é a linha que expressa a transição, o nomadismo das travestis. E o encontro dessas duas situações “nos faz descobrir que o pleno funcionamento do desejo é uma verdadeira fabricação incansável do mundo (...)” (ROLNIK, 2007, p.43). Essa segunda linha possui uma ambigüidade congênita, pois está sempre prestes a direcionar-se ao fluxo puro, também está sempre prestes a oscilar na direção do encantamento do movimento de simulação. É quando um território faz sentido e do ponto de vista subjetivo há uma sensação de familiaridade e conforto. Aqui ela é representada pelo território-identidade e o território-existencial.

A formação do desejo se dá pela atuação dessas três linhas intrincadas. Entender como ocorrem os processos de travestilidade significa entender essas três linhas, como elas se dispõem e se configuram. A linha dos afetos, a linha dos territórios e a linha que oscila entre as duas primeiras, gerando angústia e formando a vida. Aqui elas serão vistas em ordem diversa, o começo far-se-á com a linha dois, em seguida a linha três e, por fim, a linha um.

## 2 Território-Existencial: “Gisberta é experimental”

O território existencial, que representa a segunda linha, a de dupla-face, abarca espaços elaborados por aspectos materiais e afetivos. Devem ser constituídos, ainda que efêmeros e nômades, e estabelecer intersecções com outros mundos. A partir da ideia de Peres, de que as travestis “expressam singularidade e inauguram nova estética da existência” (2012, p.540), é possível pensar a existência de Gisberta para além dos enrijecimentos identitários e os códigos de inteligibilidade



sociais que impõem as normativas cisgênero e heterossexual. Assim, ela fala da epigênese, de sua vivência sempre dual, sendo uma pessoa em casa e outra nas festas e bares; viveu como homem cis gay até início da adolescência para conseguir terminar o ensino médio, pois sofria muito preconceito na educação básica; morava junto à BR e, portanto, conheceu a vivência das travestilidades desde a tenra infância; possui relações de amizade entre travestis de várias cidades e nunca pagou ponto para se prostituir; começou a cursar Letras em uma universidade pública aos 17 anos de idade e sonha em ser uma escritora-travesti reconhecida.

De acordo com Bruno Barbosa (2015), as travestis rompem com a lógica binária, universalizante, heteronormativa, bem como com os engessamentos identitários e constituem outros territórios existenciais, sendo que, na constituição desses territórios, segundo Foucault, “seu contorno não é obtido por uma linha que corre nítida ao longo do corpo, mas por milhões de traços perpendiculares, de pequenas palhas, que formam um eriçamento geral, uma sombria presença na noite” (2003, *apud* PERES, 2012, p.540). Ao falar sobre quem é Gisberta, ela aponta o incômodo causado pela possibilidade de definição, que vê-se aproveitando as oportunidades que a vida lhe dá, às vezes se vê como puta, ou como travesti, como escritora, paciente psiquiátrica. As pessoas, no entanto, a reduzem à identidade de travesti, ou como louca, mas ela não se vê como louca, talvez como insólita ou como alguém que tem dificuldades em obedecer às regras, afirma que gosta de experimentar e arremata: “Gisberta é experimental!”

As travestis, ainda segundo William Peres (2012), constituem marcas identitárias transgressoras, fluídas, abertas e passíveis de novas experimentações, expressas na diversidade estética. Sendo singulares e nômades, ocupam tanto territórios geopolíticos quanto existenciais. A partir disso, apresenta-se aqui o modo como se deu o processo de travestilidade vivido por Gisberta: “Começou desde que me entendo por gente (...) tem cinco nos que eu vivo como Gisberta, mas o incômodo de ser trans é desde a infância, desde a Infância vivendo vida esquizofrênica, vida dupla, desde a infância”. E, somado a isso, a proximidade que sempre teve com as travestis:

(...) porque eu praticamente nasci na BR, então mesmo antes disso (...) eu já era um menino gay que me relacionava com as travestis mais antigas da rua, de Vitória da Conquista (...) lembro que eu passava assim na BR, do carro de meu pai e eu falava assim, eu me sentia identificada, (...) me lembro da primeira vez que eu falei: ‘não, a partir de hoje eu vou ser Gisberta e não tem como voltar atrás’, foi na rua, com minhas amigas na rua. (Gisberta)

Mas definir-se como travesti não significa de modo algum reduzir as possibilidades de existência, “as travestis e suas estéticas (...) subjetividades em construção permanente, marcadas por situações concretas, situadas e regidas por políticas de localização que não se fixam e nem se



cristalizam em identidades acabadas e definitivas” (PERES, 2012, p. 542). Por exemplo, prestes a terminar a graduação em Letras, a entrevistada decidiu trancar o curso, afirmava que começou a cursar muito cedo e que não se interessava mais por isso, que agora quer fazer Bacharelado em Artes. Outra situação refere-se a orientação sexual dela, já que as pessoas a rotulavam e, por isso, ela viveu sua sexualidade influenciada por esse rótulo e só posteriormente pode entender isso: “as pessoas me taxavam como gay, eu me via como bi e as pessoas me taxavam como gay, mas eu sempre fui bissexual, nunca fui gay, nunca gostei só de meninos, sempre gostei de meninos e de meninas”.

### 3 Território- Identidade: “Travesti é estar além do bem e do mal, entendeu?”

A identidade traz a noção de referenciação, de circunscrição da realidade a determinadas referências. Os sujeitos não precedem as relações sociais e os contextos em que elas se desdobram. Portanto, a ideia de identidade fixa e universalizante, independente dos contextos e processos de singularização, está propensa ao declínio. No que se refere à identidade de gênero, é possível encontrar imposição de papéis atribuídos aos gêneros masculinos e femininos, que visam a manutenção da cisheteronormatividade e a construção de códigos de inteligibilidade social. Desse modo,

as identidades de gênero que a cultura ocidental institui como naturais são, na verdade, performativas (e não performances): o resultado de um processo contínuo e autoritário de imitação, repetição, controle, submissão, regulação e punição dos sujeitos. Mas é justamente nesse processo de repetição ou citação que se pode subverter a estrutura normativa (PAZETTO; LAGE, 2017, p. 453)

A nossa entrevistada, ao falar da sua identificação com as travestis, afirma que não haviam contornos muito claros para circunscrever essa experiência:

lembro que eu passava assim na BR, do carro de meu pai e eu falava assim, eu me sentia identificada, né com aquela figura que tava ali, mas eu não sabia como é que era o nome daquela...daquela existência ali, daquela imagem, não sabia o que era aquilo (...) não sabia o que era ser travesti, transexual, não tinha esse nome não. Esses nomes não eram muito claros não, sabe? (Gisberta)

Os movimentos sociais tiveram importante contribuição para a elaboração da identidade travesti no Brasil, enquanto que em outros países os/as trans se organizam em torno da categoria trans ou transgênero. As militantes afirmam que as travestis não são homens nem mulheres, embora gostem de ser tratadas no feminino. A estratégia das ativistas é construir a identidade travesti como resistência cultural, a fim de politizar sua história para que ela não seja esquecida e afastar discursos biomédicos e patologizantes, destarte, formam jovens militantes identificadas como travestis (BARBOSA, 2015).

A emergência da travesti como categoria identitária foi estudada por Mario Felipe Carvalho (2011) que afirma existirem dois momentos importantes na história desse movimento: o primeiro



ligado à luta de inserção das travestis no movimento homossexual e o segundo relacionado ao embate das categorias travestis *versus* transexuais. A AIDS e a violência policial estimularam a criação dos movimentos sociais das travestis no Brasil, que mais tarde passam a ter outras bandeiras de luta. Um projeto de prevenção de DST/AIDS apoiou a criação desses coletivos e, em 1992, surgiu a primeira organização política de travestis e liberados da América Latina. Os encontros nacionais, que começaram a acontecer a partir de 1993, bem como a constituição da rede nacional de travestis foram importantes para a interlocução com o poder público e para participar de modo mais incisivo junto ao movimento LGBT.

Já a categoria transexual começa a aparecer de forma mais contundente no início dos anos 2000, relacionada ao discurso médico-psiquiátrico, sobretudo com a divulgação do caso Roberta Close pela mídia. A construção da identidade de transexual passou a ser construída tornando a travesti abjeta, uma vez que a diferenciação se faz com critérios de marginalidade e moralidade, a exemplo da prostituição. Gisberta, ciente dessa diferenciação, se auto referencia como travesti e demonstra seu desinteresse pelo termo trans:

esse termo transgênero eu não acho interessante não. Gosto mais do termo travesti. (...) Acho que o termo mulher trans quem inventou foi o psiquiatra, a psiquiatria e travesti quem inventou foi a gente. Eu lá quero esse discurso que a medicina inventou pra mim? Eu não! Eu quero o discurso que eu mesma e minhas irmãs inventaram pra gente. Muito mais importante. E não é o que está no dicionário, porque o que está no dicionário foram os filólogos, os estudiosos da língua que inventaram. Ser travesti pra mim é outra coisa. Travesti é estar além do bem e do mal. Entendeu? (Gisberta)

Algumas militantes consideram que a discussão sobre diferenciação identitária gera fragilidade no movimento, já outras afirmam que é um avanço dentro da organicidade do mesmo. O fato é que a política de identidade, embora seja clara, não é consensual dentro desses coletivos. Segundo Carvalho (2011), no que se refere com a transgressão sexo-gênero, a identidade não se resume a nomeação de grupos para a interlocução com as políticas públicas e sim a possibilidade dessas pessoas se localizarem no mundo. O certo é que as categorias travestis e transexuais não abarcam todas as experiências de gênero dissidentes. Assim, Gisberta fala da dificuldade que encontrou de se posicionar em alguns lugares públicos, alguns dos quais foi expulsa, quando estava construindo a sua identidade.

Voltei não, estou voltando a ocupar os lugares que fui expulsa. Mas era muito difícil porque, primeiro que eu tava construindo minha identidade trans, então é o momento que qualquer pessoa, não só o trans, mas qualquer pessoa que começa a construir sua identidade, um adolescente, que tá passando aquela fase de transição pra vida adulta, é muito difícil. Você não entende muito do que você é, você não tem certeza muito do que você pode, do que você tem direito, então é muito difícil lidar com a opinião do outro. (Gisberta)



Conclui-se a segunda linha aqui e, a partir do território-violência, inaugura-se a terceira linha, marcada por diretrizes de racionalidade e finitude, e inclui ainda o território-política.

#### 4 Território-violência: “Gisberta não poderia existir, era uma questão de sobrevivência”

Minha última narrativa será dividida em dois relatos. O primeiro é sobre reclusão e fuga das interações sociais e o segundo é sobre compartilhar espaços e coletividade.

Seguindo a trajetória de desterritorialização, Gisberta fala das situações de violência física e simbólica que experienciou, desde as situações de exclusão e assédio sexual que viveu na escola, quando criança, até a relação conflituosa com a família, tentativa de enquadramento por profissionais, hostilização em lugares públicos, expulsão em estabelecimentos comerciais e apedrejamento na pista. A partir disso, é possível perceber “relações intrínsecas entre a experiência vivida pelas travestis em seus territórios geopolíticos, existenciais e os significados e valores que são atribuídos às figurações, aos discursos e aos desejos que se processam em decorrência da própria experiência de vida, demarcando preconceitos e exclusões, se analisados através das estruturas binárias e sedentárias de pensamento” (PERES, 2012, p. 545).

Na escola, ela afirma ter sido hostilizada desde a direção à portaria. Outras travestis, cuja trajetória lhe é familiar, saíram da escola antes mesmo de concluírem o ensino fundamental, daí a necessidade que ela teve de não se assumir trans até concluir o ensino médio.

Eu acho que poderia ser (trans) muito antes, como minhas amigas trans se assumiram com 14, 13, 12 anos, mas eu comecei a perceber que minhas amigas tinham destinos muito difíceis, elas saíam da escola, não conseguiam (...) acho que eu não conseguiria viver na escola como travesti na época que eu queria fazer isso, aí eu optei por me formar. (Gisberta)

Ainda sobre o território escolar, quando era um gay afeminado apanhava muito dos colegas e, ao utilizar o banheiro da escola, ou apanhava ou era assediada sexualmente. Tinha apenas oito anos de idade e já apanhava e já sofria violência, inclusive das professoras que a instruíam para que se comportasse como homem. O território do suposto saber contava ainda com as psicólogas com quem teve contato, quase todas cristãs, que praticamente a catequizavam, lançavam mão de muitos rótulos e diagnósticos e indicavam a necessidade da utilização de psicofármacos.

Para Deleuze e Guattari (1995), o território é o lugar por excelência do controle, portanto, faz com que o processo de desterritorialização seja tido como resistência e que engendra novas



territorialidades. Foi o que aconteceu quando ela foi expulsa de casa. Dentre os importantes espaços de socialização, também sofreu violência em casa, ao ser expulsa quando se assumiu travesti. Foi morar com outras colegas travestis e não se adaptou, pois assumiu-se “territorialista” com seus pertences e afirma ter necessidade de um lugar privado em que se sinta segura, já que a vivência na rua é muito instável. Ela diz:

eu preciso de um lugar pra eu ter proteção, de meu corpo, porque as pessoas que vão pra rua, elas vão pra rua pra fazer o que? Elas vão pra rua pra fazer tudo que é ilegal, o que é mal visto, então as pessoas vão pra rua pra se prostituir, pra poder usar drogas, pra poder assaltar, pra poder traficar. Aí o que acontece, se eu transformo minha casa num reduto de tráfico, prostituição, roubo, assalto, eu vou ser presa, morta, sei lá, eu fico muito vulnerável, mais do que eu já sou, entendeu? Tem que ter um lugar que eu me sinta protegida. (Gisberta)

As linhas de fuga travadas em processos de dissidência são de uma desterritorialização que, em alguns casos, se reterritorializam em territórios mínimos para se proteger contra o caos. (cf. PELBART, 2011). Esses movimentos que desfazem a dimensão familiar do território são, no entanto, inseparáveis de novas fronteiras, novos mundos em que a reterritorialização não retorna ao território de origem, mas constrói novos territórios. Mas a violência na rua acontece também entre as próprias travestis, na maior parte das vezes por causa da demarcação dos pontos de prostituição, seguindo uma hierarquia criada entre elas, como relata a entrevistada:

uma coisa entre as travestis, que é uma coisa de hierarquia, de história, tipo assim, tem uma travesti que chegou aqui e ela fundou o ponto. Aquela esquina é dela. Ela trabalha aqui há dez anos, há vinte anos, há trinta anos, sei lá! Ela é mais antiga naquela esquina, então ela diz quem fica naquela esquina e quem não fica naquela esquina. Então, se chegar uma travesti de outra cidade e tudo mais vai rolar atrito. Eu já vi travesti esfaqueando travesti em rua, cortando o cabelo, matando, inclusive. (Gisberta)

Trata-se da territorialização do corpo. Para Deleuze e Guattari (1997), quando o caos é ameaçador, torna-se premente a construção de um território e, se for possível, o próprio corpo torna-se território.

Ela já sofreu também violência física enquanto trabalhava na pista. Diz que não viveu “o princípio das dores”, mas suas amigas que têm vinte anos de BR já foram apedrejadas muitas vezes. Atualmente, mesmo em menor proporção, ainda jogam pedras e outros objetos. Existem conflitos com clientes que querem apenas roubar as travestis, outras que possuem envolvimento com tráfico, conflitos de cafetinagem, disputas de ponto, dentre outras atrocidades. Em casos de violência física é visível a transfobia a partir do teor da violência, sendo que alguns homens batem nas travestis com a mesma violência em que bateriam em um homem ou como se não fossem nem ser humano. Relata a morte de uma amiga que morreu de modo truculento e reage a isso: “uma amiga minha, ela morreu com cinco tiros na cabeça, um tiro bastava. Por que deram cinco? Um tiro bastava”. Ao tratar da



abjeção a que esses corpos dissidentes estão submetidos, Judith Butler fala de como essas pessoas são tratadas: “Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2003, p.72).

Outro tipo de violência ocorre pela simples presença das travestis em lugares públicos, a intolerância, a mania de analisar e vasculhar a presença delas nos lugares geralmente causam incômodo e leva ao comportamento de retração social e o sentimento de exclusão.

Eu tô me sentindo ultimamente meio excluída, sabe? Praças assim eu não vou, eu não vou em praças mais. Antes eu ia tanto em praças (...) um incômodo de ficar lá e as pessoas ficarem olhando para você e ficarem interferindo na sua existência ali e falando. É muito chato! Aí eu acabo não indo. Não por vergonha de mim, porque eu não tenho vergonha de mim mesma não. Eu tenho é abuso, ojeriza dessas pessoas ficarem me perturbando, me enchendo o saco. E eu não vou ficar brigando com o mundo. Não vou brigar como o mundo. (Gisberta)

## 5 Território-Política: “Hoje eu saio na rua assim, de cabeça erguida”

A vivência das travestis reflete as lutas políticas presentes no movimento social emancipatório e a emergência de uma geopolítica da resistência, como sinaliza Peres (2012). A entrevista realizada com Gisberta não se apoia em um modelo único de referência sexual e de gênero, portanto, quando faço a pergunta “Quem é Gisberta?”, ela afirma ser a pergunta mais difícil, pois não ela não costuma se definir. Assim, seria adequado, como o referido autor, falar em processo de travestilização, já que a criação de seu território existencial, corpo, desejos e prazeres transitam constantemente. A travestilidade surge como processualidade em trânsito, assim como a experiência de Gisberta que nasceu próximo à BR e sempre quis ser como elas, referindo-se as travestis que faziam programas.

O surgimento de novos sujeitos de direitos simbolizados pelas travestis requer novas referências políticas, sociais, culturais, para além do registro binário e essencialista para compor com o múltiplo, o diferente. São sujeitos cada vez mais potentes a falar de si e desafiar a referência do conhecimento ocidental.

Trata-se de seres híbridos, particulares, que expressam estilísticas marginais do desejo e, por isso, solicitam outras formas de problematizações a respeito de si mesmos, colocando em crise as teorias psicossociais existentes, bombardeando os paradigmas sociais, políticos e culturais, produzindo novas demandas, novas perguntas e novas reivindicações de direitos humanos, sexuais, políticos, culturais e de gêneros (PERES, 2012, p. 542).

Há sempre outras possibilidades de constituição dos territórios das travestis, sempre através da resistência e de embate às lógicas normativas, aos sistemas binários, ao patriarcado, ao conceito



conservador de família. Na entrevista Gisberta fala que já foi expulsa de alguns locais, até mesmo de um prostíbulo, pois o dono não admitia “certos tipos de gente”. Afirma que antes baixava a cabeça e saía, não tinha forças para resistir e hoje as coisas funcionam de outro modo.

(...) tem cinco anos que eu sou Gisberta, que eu sou Gisberta de forma mais livre, mais orgulhosa de mim mesma (...) então, eu comecei a resistir, depois fugi, porque eu realmente não sabia o que fazer com a opinião das pessoas não. Hoje eu acho que eu assusto muito mais do que sou assustada, hoje eu saio na rua assim, de cabeça erguida, gritando. Às vezes as pessoas até têm receio de falar alguma coisa comigo, porque eu já tenho muito mais segurança do que eu sou, entendeu? (Gisberta)

Afirma que também já foi expulsa de um restaurante, mas que se fosse hoje as coisas certamente aconteceriam de modo diverso

Já, já fui expulsa de um restaurante aqui em Conquista. Da mãe falar bem assim (...) pro gerente, que ela não aceitava que a filha dela utilizasse o mesmo banheiro que eu estivesse usando. Ou que era ela e a família dela ou eu no espaço. Ele pediu que eu me retirasse. Na época eu não tinha nenhum tipo de (...) empoderamento, sabe? Eu simplesmente abaixei a cabeça e sai, se fosse hoje, metia um processo, chamava a política e acabava com a festa, com o circo. Na época não tinha força nenhuma, fui expulsa. Eu já fui expulsa inclusive de prostíbulo, onde trabalhava mulher cis. (Gisberta)

Várias redes de sociabilidade colocaram a população LGBT fora dos limites religiosos, biomédicos, morais. Outras redes de sociabilidades foram criadas em torno da população LGBT que realizam movimentações artísticas, políticas, econômicas, que trazem novas concepções de sexualidade e conjugalidade e produzem novos corpos e sujeitos. Para Silva (2015), “são espaços de onde se experimenta em grande medida uma certa noção de liberdade, principalmente quando estes territórios são contrastados com algo lá fora, que pode ser uma família repressora, um bairro hostil ou a sociedade preconceituosa” (p. 49). A entrevistada fala de como as travestis enfrentam problemas com a vizinhança local quando estipulam um lugar para fazerem programas, pois geralmente as famílias não querem que seus filhos tenham acesso às cenas, consideradas por eles como imorais:

(...) tem a vizinhança. No começo que é quando a gente começa a ocupar uma esquina, um beco, um prédio abandonado, rola conflito com a vizinhança, porque elas não querem nossa presença lá, porque é meio constrangedor ver os filhos passarem e tá uma travesti se prostituindo na rua e, tipo assim, a gente não só se prostitui na rua, a gente fica de biquíni na rua, a gente usa tudo que não pode ser usado nas ruas, perto das famílias (...) mas a partir do momento que a gente estabelece uma permanência, uma frequência, é muito mais nosso do que da vizinhança e eles temem passar pelo local. Eu sinto que toda travesti é territorialista. (Gisberta)

Ainda de acordo com Silva, “são territórios que são demarcados no sentido de construir ou sugerir uma identidade, nem sempre como algo monolítico, mas como uma sociabilidade possível que autoriza e constitui sujeitos” (2015, p. 46) Continuando a reflexão sobre ocupação de territórios e exclusão, Gisberta aponta que sua vivência nos territórios está relacionada com sua identidade e que a vivência enquanto gay cis era muito mais aceitável socialmente:



(...) minha ocupação aqui na cidade, ela seguiu algumas orientações de sempre, de identidade, né? Quando eu tinha uma vivência cis, de gay cis, era outra coisa, então eu frequentava o quê? Eu frequentava a universidade, os bares gays, as ruas pra mim era um meio (...) depois que eu passo a me assumir como travesti o que acontece? Dá uma reviravolta, né? Eu sou rejeitada em muitos lugares, principalmente nos lugares que eu ensinava (...) (Gisberta)

Fala-se da necessidade de uma repolitização do campo sexual, pois, entendendo que a resistência também é constituinte do poder, a anormalidade deve resistir à essa biopolítica e pensar os atravessamentos, a multiplicidade e a potência do anormal. Fazem-se necessários alguns deslocamentos dos saberes dominantes, atrelados às multiplicidades de saberes minoritários e inscritos localmente.

## 5.1 Territórios geopolíticos

Quanto aos territórios geopolíticos, existe uma relação que é demarcada pela relação hierárquica estabelecida pelas cafetinas e pelas travestis mais velhas. Para Gisberta, “as cafetinas acabam por monopolizar essa cartografia da prostituição e não só as cafetinas, como têm pessoas que têm outro tipo de política, que é recente, que são as pessoas que alugam quartos”. Alguns territórios são delimitados pelas cafetinas e travestis mais antigas e as mais novas devem pagar o espaço da rua, “é tanto que a expressão é essa, você tá pagando a rua? Cadê o dinheiro da rua, da madrinha?”, acrescenta a entrevistada.

A conquista de novos pontos para a prostituição vai acontecendo de modo gradativo. Ela aponta que deve ser um lugar movimentado e precário de iluminação, com grande fluxo de carros, então a permanência vai acontecendo de modo espontâneo. Fala das características do ponto mais antigo da cidade:

por aquele lado de lá (...) tinha trânsito de carro e não tinha muita residência por perto, eram só os motéis e o posto de gasolina. Isso também é um marco, posto de gasolina. Posto de gasolina por perto é sempre um grande indicativo de que vai dar certo o local pra gente permanecer, porque (...) os homens vão estacionar, vão abastecer, vão comer, vão beber (...). Os caminhoneiros são os que mais fortalecem a situação das coisas, porque eles permanecem muito no local, eles aglomeram não sei quantos no posto de gasolina. (Gisberta)

E do mais recente:

aí esse do cemitério mesmo eu vi acontecer. Eu tava lá por perto, desde que as meninas começaram a frequentar, começaram a descer, pouquíssimas meninas, a gente ia lá, ficava conversando. Nunca com a intenção: ‘ah, vamos nos prostituir aqui, vai dar certo’. Não, a gente foi experimentar. É um local (...), não é só um local de prostituição, a gente chega lá pra poder conversar, pra beber, pra marcar encontro, pra se ver, né, que é meio difícil a gente se ver. É tudo, é família, virou uma família. (Gisberta)



Ao ser questionada sobre a cidade, sobre os territórios geopolíticos, Gisberta afirma que só pode falar sob a ótica da prostituição:

não tem como você não falar de prostituição porque pra cidade a gente não pode ir pra lugar nenhum a não ser a prostituição. A gente não pode ser professora, a gente não pode ser aluna, a gente não pode ser artista plástica, a gente não pode ser vendedora de picolé, a gente não pode tá no bar sendo garçonne, a gente não pode fazer nada! Só pode ser puta! (Gisberta)

Prossegue dizendo que Vitória da Conquista é uma cidade tranquila para se prostituir pois as ruas nas quais elas se prostituem são dentro da cidade e, por isso, não se sentem tão excluídas e tão expostas: “a gente se prostitui aqui praticamente no Centro da cidade”. Além disso, é uma cidade do interior, mas com um fluxo grande de pessoas.

Esse parece ser o lema das travestis que utilizam o corpo para criar outros agenciamentos, não apenas para criar identidades rígidas ou para reivindicar leis e direitos mas para compor uma subjetividade capaz de atuar de forma micropolítica, compor modos de existência coletivos e modos específicos de compor e habitar os territórios.

## 6 Território-Corpo: “O corpo para mim é um campo de batalha”

Para Gisberta, o corpo é sinônimo de conflito e sugere que a todo momento quer quebrar e destruir seu corpo para construir outro, que seja mais socialmente aceito. Afirma que essa demanda do corpo coerente, inteligível, é muito mais uma imposição social que um desejo de todas as trans. Denuncia a relação de objetificação que o corpo das mulheres possui na sociedade e é exatamente assim que se vê, objetificada. Fala da disforia como uma realidade de sua vivência com a travestilidade e como sua relação com o corpo influencia esse aspecto.

De acordo com Paulo Roberto Ceccarelli (1998), “o sofrimento psíquico do transexual se encontra no sentimento de uma total inadequação, de um lado, à anatomia do sujeito e seu ‘corpo biológico’ e, de outro, a este mesmo ‘sexo psicológico’ e sua identidade civil” (1998, p. 2). Gisberta, ao falar do seu corpo, reafirma essa ideia:

não da forma como está, né, de forma dada, né, (...) o tempo inteiro eu quero quebrar meu corpo, destruir meu corpo, eu quero, a partir de meu corpo, criar outro corpo, né, e ele é um campo de batalha porque ele não é confortável nem para mim, nem para as pessoas que estão perto de mim, então é o tempo todo em conflito. (Gisberta)

Assim, o corpo não deve ser compreendido apenas como um aspecto biológico ou sociológico, mas como ponto de convergência entre o físico, o subjetivo e o sócio-histórico, sem dar brechas à ideia de essencialismo. É possível encontrar, nas vivências das travestilidades, pessoas que fizeram



modificações corporais de vários tipos e outras que não consideram esse aspecto como imprescindível para vivenciar essas experimentações. A inteligibilidade social, em muitos casos, de acordo com Bento (2003), é o principal intuito que impulsiona as/os transexuais a reivindicarem a cirurgia de transexualização.

A noção de corpo que considera a experiência trans como desviante e anormal é datada do séc. XIX, mais do que esses corpos tecnológicos e prostéticos do séc. XXI. Não existem corpos livres dos investimentos e das expectativas sociais, de modo que desde quando a criança nasce, a revelação do sexo do corpo já possui efeitos de prótese, investe-se aí toda a estrutura de interesses de gênero. Ainda segundo Berenice Bento, “analisar os corpos enquanto próteses significa livrar-se da dicotomia entre corpo-natureza versus corpo-cultura e afirmar que, nesta perspectiva as/os mulheres/homens biológicas/os e as/os mulheres/homens transexuais se igualam” (2003, p. 2).

A emergência da experiência da transexualidade, para Hausman (1998, *apud* BENTO, 2006), é influenciada pelo desenvolvimento tecnológico que concebe novas formas dos sujeitos se relacionarem com seus corpos e seus afetos, de modo que a subjetividade das/os transexuais ergue-se num contínuo entre ideologias e tecnologias. A entrevistada aponta isso ao dizer que a aplicação de silicone industrial, que é um grande problema entre as travestis, sobretudo as mais antigas, trata-se se uma resposta à expectativa social, do que se espera de um corpo feminino: “o silicone industrial é muito mais da sociedade do que do povo trans, porque eles querem que a gente tenha um corpo que o imaginário masculino constrói, porque eu mesma percebo uma diversidade de corpos femininos”.

## 7 Território-Amizade: “Aí eu me vejo como pessoa”

A exposição dos territórios da primeira linha se encerra com o território-amizade. Dentro da perspectiva de desterritorialização e reterritorialização intermitentes, Deleuze e Guattari (2010) mencionam a heterogênesse, meio em que se produz coisas novas e inusitadas, correspondendo a busca incessante de produção de modos de existência singulares, a produção da diferença e fuga do instituído.

Os processos de reterritorialização acontecem com a criação de novas terras onde seja possível criar novas linhas de vida, portanto, devem ser cuidados e necessitam de investimentos. Referem-se à composição de territórios existenciais que surgem com o esfacelamento de outros, que demanda a reconstrução da relação com a vida, ao compor singularidades pessoais e coletivas. (SILVA, 2012).



Faz-se necessário um mínimo de contorno que possa funcionar de ancoragem e proteção contra o caos, que continuará sendo marcado por desterritorializações.

Assim, o território da amizade serve como âncora nos processos de experiências dissidentes da sexualidade vividas pelas travestis. Em suas vivências é possível observar indícios de estratégias traçadas a fim de produzir os supracitados contornos como as moradias coletivas, as viagens, as cumplicidades entre travestis de diferentes localidades. Quanto a necessidade de pagar ponto, pagar pela demarcação simbólica do espaço público da rua, quando se constitui uma rede de amizades isso torna-se secundário, como demonstra nesta fala:

(...) eu me lembro da primeira vez que eu falei: ‘não, a partir de hoje eu vou ser Gisberta e não tem como voltar atrás’. Foi na rua, com minhas amigas, na rua. Então, assim, eu transito em todos os pontos de prostituição de Vitória da Conquista sem pagar rua e ainda vou em outros lugares, tipo, Salvador. Eu vou em Salvador, as meninas às vezes pagam rua em Salvador e eu não pago rua em Salvador porque eu tenho amizade lá (...) Se eu vou pra outra cidade, tipo Belo Horizonte, eu também tenho uma amiga lá em Belo Horizonte que eu também não vou pagar rua em Belo Horizonte, então, assim, eu comecei a estabelecer uma rede de contatos das meninas, por amizade. (Gisberta)

Quando esses mínimos contornos deixam de existir, a construção dos territórios existenciais e das linhas de vida tornam-se extenuantes. Gisberta fala que a inexistência de pessoas trans nos lugares em que frequenta faz com que ela se sinta inoportuna, descabida em diversos espaços: “como é que você chega num lugar, num teatro, (...) eu sou a única trans no teatro, a única trans da universidade, a única trans do ônibus, não tem como esquecer (...) É uma sensação de não pertencimento eterna”.

Desse modo, o conceito de identidade, não o conceito hermético, quase imutável, mas o flexível e múltiplo, é importante para pensar as invenções do eu na relação com o outro e as construções coletivas de pertencimento como nacionalidade, sexualidade, gênero, raça (LIMA, 2014). Em alguns momentos, Gisberta consegue ser ela mesma, não tendo que afirmar sua identidade para outrem, apenas esquecendo por um instante o que ela representa socialmente.

É isso. Eu, por exemplo, quando eu estou com minhas amigas, e a gente faz muito isso né, é tanto que as travestis convivem muito umas com as outras, em casa só de travestis, que a gente vai pruma praia que só tem a gente, uma praia que não seja muito movimentada, ou até que seja muito movimentada, mas que a gente tá assim no nosso gueto, no nosso grupinho, na nossa ganguezinha. Então acontece que eu me esqueço um pouco. Aí eu me vejo como pessoa, como Gisberta. (Gisberta)

Outro modo possível de reterritorialização trata-se do investimento na escrita. Ela afirma que depois que viu Linn da Quebrada participar de um livro, isso a estimulou a publicar coisas que já escreve há bastante tempo.



Aí eu vi Linn da Quebrada publicando um livro, aí eu falei que aí eu vou publicar o meu também. (...) e eu tô me sentindo a vontade de publicar outras coisas que eu escrevi. Eu fiquei cinco meses internada numa clínica, cinco meses e alguns dias, aí eu escrevi muita coisa (...) eu queria publicar uma coisa que eu gostei de escrever nos últimos tempos que foram cartas. (Gisberta)

## 8 Dissidências

As dissidências existenciais de gênero têm se proliferado nos dias atuais e estão desestruturando as lógicas binárias e as referências de modelos essencialistas. Referenciais existenciais não identitários se proliferam, confundem os códigos de inteligibilidade e deixam tontos os “toxicômanos de identidade” (Rolnik), que estão consoantes com a normatização.

Têm sido muito comum, em qualquer lugar em que haja dissidência da heteronormatividade, que haja a incidência do biopoder – desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos com a finalidade do aumento da ordem e do próprio poder – através da regulação, invisibilidade ou segregação. Essas dissidências devem ser compreendidas a partir da compreensão do contexto social, histórico e político em que são produzidos e suas definições devem ser encaradas como transitórias e fluidas e constantemente aprovadas e reconhecidas pelas pessoas que experimentam e compõem esses territórios.

A desigualdade ocasionada pelos efeitos do biopoder podem ser cartografados desde a mais tenra idade na vida das travestis, como foi notado na experiência escolar-infantil de Gisberta. Tendo dificuldade para estudar ou se profissionalizar, elas acabam sendo empurradas para a prostituição, o que reforça a ideia naturalizada que associa travesti e prostituição.

As travestis, em grande parte, não possuem direito a singularidade e são estigmatizadas. Se, por um lado, esse estigma causa dor e sofrimento por quem o sofre, por outro, produz movimentos emancipatórios que causam a reversão conceitual negativa e promove orgulho e realização pessoal. Assim, pode-se perceber, na trajetória de Gisberta, que ela, mesmo se reconhecendo travesti desde nova, traçou um caminho específico até chegar esse momento em que se posiciona socialmente com orgulho e poder. Assim, Butler (2003) inverte a posição dos corpos abjetos, encarando-os como modo de enfrentar o biopoder e promover resistência. Ou, como afirma Peres (2011, p.277), “os enfrentamentos e resistências ao biopoder estão na própria existência das travestis”.

Para demonstrar a violência sofrida pela estigmatização e sua reversão em atos de resistência, conclui-se com a história da escolha do nome social: quando Gisberta foi questionada quanto a escolha do seu nome, explica que inspirou-se em uma música cantada por Maria Bethânia, *Balada de*



*Gisberta*, composta pelo cantor português Pedro Abrunhosa, que conta a história de uma travesti-performer brasileira que foi morar em Portugal e morreu na cidade de Porto, vítima de violência. O que mais chamou atenção na história, para ela, foi o fato de *Gisberta*, personagem da música, não ter sido enterrada com seu nome social. Ela proclama que ela está viva para reverter essa injustiça e que será enterrada, um dia, como *Gisberta*.

---

## Referências

- BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política. N. 11, Brasília, Junho/agosto de 2013.
- BARBOSA, Bruno Cesar. *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 4, ago/dez. 2003.
- \_\_\_\_\_. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro : Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Mario Felipe Lima de. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Transexualismo e identidade sexuada. In VIVIANI, A. (org.). *Temas da clínica psicanalítica*. São Paulo: Experimento, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4, Rio de Janeiro : Editora 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Anti-Édipo*. São Paulo : Editora 34, 2010.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose – um novo paradigma estético*. São Paulo, Editora 34, 2012.
- LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. *Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial*. Revista Saúde Debate, V. 38, N. 102, P. 593-606, Jul./Set., 2014
- LIMA, Fátima. *Corpos, gêneros, sexualidades – políticas de subjetivação*. Porto Alegre : Editora Rede Unida, 2014.
- PAZETTO, Débora; LAGE, Mariana. *Pós-biografia e gênero: um exercício estético-queer*. *Periodicus*, n.7, v. 1, P. 440-457, Maio/out., 2017.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital – ensaios de biopolítica*. São Paulo : Iluminuras, 2011.
- PERES, Willian Siqueira. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, P. 539-547, maio/agosto de 2012.
- \_\_\_\_\_. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista de Psicologia Política*, vol.11, n.22, p.261-277, São Paulo, dezembro, 2011.



PERLONGHER, Néstor. *Trottoir: A territorialidade itinerante. Desvios*, 5. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

SILVA, Marco Aurelio da. Localizando performances: territorialidade e os estudos antropológicos de gênero e sexualidade. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*. Campinas –SP, v.7, n.2, agosto/dezembro de 2015.

